



Caio Cezar Santos de Figueiredo

**Crescimento econômico na segunda metade do século XX: Estudo Comparado entre
Coreia do Sul e Brasil**

Brasília/DF

2020



Caio Cezar Santos de Figueiredo

**Crescimento econômico na segunda metade do século XX: Estudo Comparado entre
Coreia do Sul e Brasil**

Trabalho de conclusão de curso referente à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito para formação no curso de Administração Pública, da Instituição Brasiliense de Direito Público – IDP

Orientador (a): Claudiomar Matias Rolim Filho

Brasília/DF

2020

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 UM POUCO DE GLOBALIZAÇÃO	6
2.1 INÍCIO DA ECONOMIA GLOBALIZADA	6
2.2 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	8
3 PÓS SEGUNDA GUERRA E ALGUMAS POLÍTICAS NACIONAIS	10
3.1 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PÓS 1945	11
3.2 A DÉCADA DE 60 – GOVERNOS DITATORIAIS	13
3.2.1 SITUAÇÃO NO BRASIL	19
3.2.2 FAZER OU COMPRAR	21
3.3 AS CRISES	22
3.3.1 PÓS CRISE	25
3.3.2 NO BRASIL, DÉCADA PERDIDA	26
4 RESULTADOS PRÁTICOS	27
4.1 PRODUTO	28
4.2 ASPECTO MUNDIAL	30
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial vários países foram classificados como “periféricos”. Essa divisão levava em consideração a experiência manufatureira. Países asiáticos como China, Índia, Indonésia, *Coreia do Sul*, Malásia, Taiwan e Tailândia; na América do Sul como Argentina, *Brasil*, Chile e México; e Turquia no Oriente Médio, obtiveram experiência manufatureira na produção de artigos como seda, algodão, alimentos e bens de consumo leves para avançar a setores de média-tecnologia e depois alta tecnologia. Economias do Atlântico Norte (Inglaterra, EUA e França) e o Japão desenvolveram-se antes das demais, tendo certas vantagens com relação a recursos, pessoal e tecnologia.

A evolução desse grupo de países foi a maior transformação do cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial. Tal ascensão, no entanto, se deu de forma variada com divergências entre as trajetórias de desenvolvimento e suas repercussões. Conforme explica Amsden: “Enquanto todos os países conhecidos como “periféricos” construíram com sucesso indústrias de média-tecnologia, alguns avançaram mais em transformar-se em economias baseadas em conhecimento” (AMSDEN, 2001, p.14).

Essas diferenças fizeram com que os países vivessem situações próprias tanto econômicas quanto sociais que podem ser estudadas a partir de seus históricos.

A seguinte pesquisa busca analisar e comparar o desenvolvimento de dois destes países considerados como “periféricos”, Brasil e a Coreia do Sul, abordando as políticas adotadas e mostrando a trajetória que cada um deles pôde seguir no seu desenvolvimento industrial a partir de seu histórico e dados pesquisados do pós-guerra até os anos 2000.

Os dois países foram escolhidos por serem parte do grupo definido por Amsden (2001) como “periféricos” e também por se assemelharem quanto a capacidade produtiva em cada contexto nacional desde o início de seu desenvolvimento de forma geral. Esses dois países também são grandes representantes de dois extremos do globo terrestre que englobam a maior parte das economias emergentes: América do Sul e Leste Asiático (regiões com trajetórias únicas de desenvolvimento e resultados diferentes entre si).

O objetivo geral da pesquisa é caracterizar o desenvolvimento brasileiro e sul coreano analisando as políticas administrativas adotadas nos governos e destacando as suas consequências. A decisão do tema partiu curiosidade de compreender como dois países com grandes diferenças culturais e territoriais e que foram expostos a regras internacionais e desafios semelhantes atingiram patamares diferenciados no desenvolvimento.

Espera-se entender a motivação e os caminhos ao optar por determinados caminhos do desenvolvimento e também os resultados obtidos. O tema é rico porque nele podemos obter não só dados sobre a economia de cada país, mas também seu histórico, suas decisões políticas e o contexto internacional na segunda metade do século XX de forma geral. Pesquisar o Brasil é o mais adequado nessa comparação por ser uma economia que vem sendo estudada ao longo deste curso de administração e compará-lo permite colocar essas informações em perspectiva, sofisticando o quadro observado.

De acordo com Amsden (2001) boa parte das teorias políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico e administrativo consideram o conhecimento como algo acessível e não como uma grande barreira nas relações econômicas.

Como Amsden (2001), também Piketty (2013) fala sobre o porquê de teorias da atualidade serem em geral melhor apuradas, já que “se baseiam em dados históricos e comparativos muito mais extensos que os de todas as pesquisas anteriores, afinal, com o tempo mais dados temos [...] e numa estrutura teórica inovadora que permite compreender melhor as tendências e as formas de operação” (PIKETTY, 2013, P.09).

Com uma bibliografia recente, o trabalho também utiliza métodos ao trabalhar com taxas de crescimento e sua decomposição setorial. Será utilizada a média de crescimento do PIB de 1960 a 2000, calculado a partir dos valores de cada setor e de sua parcela na composição do crescimento total do produto. Para a melhor compreensão da evolução das economias dividiu-se o trabalho em quatro grupos: de 1961 a 1970, de 1971 a 1980, de 1981 a 1990, de 1991 a 2000.

Especificamente há a intenção de desenvolver o trabalho com uma apresentação sobre o histórico de desenvolvimento de cada país mostrando as políticas que trouxeram consequências importantes. Será também observado o PIB, a participação da indústria e a interação com os demais setores econômicos, entendendo as variáveis e como elas influenciam cada país.

2 UM POUCO DE GLOBALIZAÇÃO

A economia internacional é transformada constantemente em decorrência da globalização por meio da maior conexão dos atores globais, intensa troca de informações, acelerado desenvolvimento tecnológico e crescentes índices de comércio internacional.

Hobsbawm (2007) disse que:

“a partir da década de 1960, o avanço muito rápido da globalização, ou seja, o mundo é visto como uma unificação de atividades interconectadas que não são estorvadas pelas fronteiras locais, provocando um impacto profundo político e cultural, sobretudo na sua forma atualmente dominante de um mercado global livre e sem controles.” (HOBBSAWM, 2007, p.10).

O autor aponta que a globalização é um fenômeno que afeta diferentemente cada país em que cada um deve mostrar sua habilidade de se adaptar e beneficiar dela. É importante discorrer sobre aspectos globalizantes da economia e administrativos por envolverem o desenvolvimento dos países aqui estudados no período das décadas de 1960 a 2000 permitindo assim que sua atuação internacional seja expandida.

Consideraremos aqui não somente questões de comércio internacional, como volumes de exportação e importação, como também o acesso dos países a capital externo (para financiamento dos seus esforços desenvolvimentistas) e à tecnologia do mundo, que permite realizar engenharia e outros processos que levam a maior industrialização. É em grande parte a mudança aos processos globalizantes que permite a adaptação da economia global às transformações do sistema internacional e que transponha através de reinvenções, suas crises periódicas. Todas as transformações são observadas na evolução do capitalismo, nas mudanças estruturais e na economia global. Essas informações são passadas a seguir, com um breve histórico desde o início do século XX, focando no período pós guerra, cujas ramificações amparam os dados analisados posteriormente.

2.1 INÍCIO DA ECONOMIA GLOBALIZADA

O pensamento econômico até o início do século XX baseou-se predominantemente nas ideias clássicas de uma sociedade de mercados em que os governos tinham funções muito limitadas. Esses pensamentos acarretaram direta e indiretamente na grande depressão de 1929. Para lidar com essa crise, os governos tiveram um papel a mais marcando o século XX com um novo modelo de “economia mista”. A conferência de *Bretton Woods* em *New Hampshire*,

realizada em 1944, visava estabelecer normas econômicas para o mundo que prevenissem a repetição dos acontecimentos da grande depressão. Todas as negociações foram conduzidas pelos Estados Unidos que já continham superioridade militar, tecnológica e econômica sobre os aliados da Segunda Guerra Mundial.

O sistema *Bretton Woods* criou duas instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Desde então o livre-comércio passou a ser incentivado por um câmbio fixo controlado pela convertibilidade fixa do dólar em ouro e protegido pela soberania militar americana. Institucionalmente a inovação que o sistema *Bretton Woods* trouxe foi muito inovadora uma vez que:

“o trabalho do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial afeta profundamente outras instituições da ONU já que ela define os parâmetros econômicos nos quais todo o programa de ajuda e assistência devem se encaixar” (WOODS, 2009)

O Fundo Monetário Internacional surgiu para ser o centro do novo sistema monetário mundial com dois objetivos principais: auxiliar os países membros a eliminar ou reduzir desequilíbrios presentes na balança de pagamento e incentivar a cooperação monetária transnacional fornecendo estabilidade ao sistema monetário, o que é indispensável para o comércio internacional.

O Fundo Monetário Internacional faz exigências com o objetivo de reorganizar as economias nacionais, melhorar a eficiência das despesas públicas dos membros assegurando que a dívida externa deles seja honrada e permitir que as economias possam retomar seu desenvolvimento. Alguns países dizem que as medidas demandadas pelo FMI acabam sendo desproporcionais dependendo do país membro e suas limitações “onde o grau de submissão às diretrizes do fundo é inversamente proporcional à fragilidade do demandante” (SEITENFUS, 2008, p. 199)

O Banco Mundial representa um organismo multilateral de financiamento à reconstrução e ao desenvolvimento econômico e social e tem também a função de facilitar o investimento privado com fins produtivos por concessão de garantias e de complemento de fundos. Torna-se, assim, voltado ao desenvolvimento.

Entre 1947 e 1995 princípios que permitiam aos países em desenvolvimento liberdade de moldar suas próprias políticas foram desenvolvidos no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Suas sucessivas rodadas de negociações multilaterais possibilitaram em certa medida

a adaptação do capitalismo às diferentes realidades nacionais. O acordo diminui o papel do Estado em assuntos sobre a administração econômica.

Todas essas transformações ao longo da segunda metade do século levaram ao aumento dos juros internacionais graças as políticas contracionistas adotadas pelos países. Essa conjuntura levou à estagnação de muitas economias durante a década de 1980 afetando em sua maioria os países periféricos, evidenciando a crescente interdependência da economia global.

Exemplos do que foram os anos 80 são as duas crises do petróleo que interromperam um ciclo de prosperidade no mundo começado na década de 50. Os conflitos entre os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) derrubaram a oferta em 1972 fazendo os preços quadruplicarem. Isso afetou os países periféricos em desenvolvimento, em sua maioria importadores, elevando a sua dívida externa.

Em 1979, com a segunda crise, o presidente do banco central americano, em apenas um ano, elevou as taxas de juros de uma média de 12,88% ao ano para 20,18%.

2.2 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Há dois movimentos básicos geradores da globalização: a liberalização financeira e a mobilidade de capitais. Outra vertente de abordagem econômica é a pós-keynesiana na qual o elemento principal é a indústria como motor do crescimento econômico. Segundo esta doutrina, a indústria apresentaria particularidades importantes que a tornariam diferente dos outros setores, pois a indústria de transformação levaria ao aumento da produtividade impulsionando a economia. Essa ideia foca em economias de escala, especialização de produção e ganhos de aprendizado ao longo do processo produtivo.

Há uma série de pré-condições para que o livre comércio beneficie a sociedade como um todo: pleno emprego, liberalização completa, não haver efeitos adversos ao balanço fiscal, ter um sistema compensatório para os possíveis perdedores, entre outros.

A demanda é o desejo apoiado na necessidade de compra de um produto ou serviço que somente se viabiliza se o consumidor estiver propenso e com disponibilidade. Como aponta Stiglitz (2002), essas condições em geral aprimoram-se mais em países centrais e “desenvolvidos” nos quais a economia é mais madura. Coreia do Sul e Brasil, países em desenvolvimento na segunda metade do século XX, tendiam a apresentar economias instáveis. Devido a isso houve a opção destes países em um desenvolvimento apoiado fortemente pelo Estado.

Os teóricos que estudam a globalização focam sua atenção, em geral, somente nos aspectos econômicos como o crescimento do PIB e alguns índices de comércio internacional, exportações e importações. Porém, com a abertura econômica dos países em desenvolvimento junto com as consequências práticas de barreiras menores no comércio, cresceu a preocupação com a *qualidade* da globalização e os benefícios aos países imaturos economicamente.

Para Stiglitz (2002) não é apenas em recursos que os países desenvolvidos se diferem dos em desenvolvimento, mas também de conhecimento: “O milagre do leste asiático mostra que desenvolvimento rápido, e crescimento com julgamento justo, onde pobres e ricos se beneficiam, é possível, mesmo sem pré-condições.” (STIGLITZ, 2002, p. 30)

Para Amsden (2001) o conhecimento é a principal questão dentro do desenvolvimento. A autora define, de fato, que o desenvolvimento é a evolução das habilidades exploradas em um certo país. Como Stiglitz (2002), ela discutiu sobre a situação que os países emergentes, ou “os periféricos”, enfrentam para se desenvolver e em como ela se diferencia da encontrada pelos países do Atlântico Norte quando os mesmos estavam em situação parecida de desenvolvimento.

Com a globalização, o acesso a novos mercados e tecnologias possibilita o crescimento das economias. O desenvolvimento não exige apenas estratégia e visão, mas a conversão de ideias em projetos e políticas. O ritmo das mudanças não o importa e sim a sequência de reformas – o que leva a necessidade de instituições públicas e privadas de qualidade. A obtenção de conhecimento garante um melhor uso das informações disponíveis, permite a real aplicação nas indústrias e instituições nacionais e qualifica o desenvolvimento e o novo contexto de cada país:

“O Conhecimento é um dos mais importantes insumos por causa do difícil acesso, quer se ‘crie’ ou ‘compre’. Diferentemente da informação, que é sempre factual, conhecimento é conceitual; envolve várias combinações de fatos que interagem de formas intangíveis” (AMSDEN, 2001, p. 3)

As “habilidades baseadas em conhecimento” são qualificadas como um grupo de aptidões que permitem distribuir um produto acima dos preços vigentes no mercado. Essas habilidades devem ser administrativas e tecnológicas por natureza. Um indivíduo ou uma empresa deve expressá-las dependendo da escala da planta física e da complexidade do processo de produção. De acordo com a autora, são três as capacidades básicas para essas habilidades: capacidade de produção (transformar insumos em produtos), capacidade de

execução de projetos (expandir a capacidade) e capacidade de inovação (desenhar novos produtos e processos)

Para Amsden (2001) informação perfeita é possível. A própria natureza da tecnologia dificulta a conquista do conhecimento. Essas habilidades normalmente são protegidas por lei, como patentes, para garantirem lucros enormes e monopólios. Isso mostra uma dificuldade básica dos países com desenvolvimento tardio: falta de acesso a tecnologias essenciais no processo de *catching up* produtivo.

3 PÓS SEGUNDA GUERRA E ALGUMAS POLÍTICAS NACIONAIS

Após a Segunda Guerra Mundial alguns governos de economias atrasadas tiveram que decidir por se abster de intervir na economia, *o laissez faire*, ou pela intervenção e tentativa de aumento da produtividade por meio do poder do Estado. Produtividade e qualidade passaram a variar muito entre as firmas de mesma indústria principalmente entre diferentes países. O mercado deixou de determinar a competitividade perdendo espaço para as instituições que incentivavam a produtividade. Os países do Atlântico Norte não passaram por essa escolha já que a industrialização deles ocorreu em meio a uma mudança tecnológica. A segunda revolução industrial atraiu capital humano e financeiro necessários para o desenvolvimento dos países. Os países “periféricos” se industrializaram principalmente após a Segunda Guerra Mundial, porém eles também tiveram alguma influência de suas experiências anteriores. Amsden divide essas experiências em três categorias: pré-moderna, *émigré* e colonial.

A pré-moderna advém de artesanatos manuais, a *émigré* do *know-how* transferido pelos emigrantes permanentes e a colonial de organizações que surgiram com laços coloniais formais. Os países que investiram em firmas nacionais tiveram experiências *coloniais*, enquanto que aqueles que atraíram investimento externo tiveram experiência *émigré* do Atlântico Norte. Após a Segunda Guerra ocorreram vários movimentos de descolonização em que os países com experiências manufatureiras coloniais puderam nacionalizar e adquirir empresas estrangeiras; já os países com experiência *émigré*, com um estoque de investimento externo maior e que as manufaturas avançaram mais e aumentaram o mercado interno, atraíram vários investidores externos cujas firmas acabaram expulsando as empresas nacionais.

Os países analisados aqui apresentam algumas diferenças em seu histórico: a Coreia do Sul teve uma experiência colonial, com o Japão atuando como a potência da região, enquanto o Brasil teve uma experiência mais *émigré*, onde recebeu muito capital externo na economia vindos de países europeus e dos Estados Unidos.

O Brasil é um dos países com a distribuição de terra mais desigual. Entre os mais igualmente distribuídos está a Coreia do Sul em que a reforma agrária implementada após a Segunda Guerra criou uma das economias mais igualitárias do mundo (AMSDEN, 2001). Países como a Coreia do Sul, que investiram mais em empresas e habilidades técnicas nacionais, tiveram distribuição relativamente igualitárias.

Países mais desiguais, como o Brasil, adotaram medidas que levaram à difusão do auxílio do governo na economia, não tendo direcionado a questões estratégicas específicas. Esses e outros aspectos relacionados ao histórico destes diferentes países fez com que por volta de 1950, o espaço entre as capacidades das economias do Atlântico Norte e dos países “periféricos” aumentasse e, na impossibilidade de competirem, estes últimos optassem por soluções intervencionistas e institucionais, como os subsídios supracitados (AMSDEN 2001).

Essas escolhas dos países em desenvolvimento e suas decorrências se devem ao contexto institucional da época e às suas características políticas, econômicas e internacionais.

3.1 PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PÓS 1945

Com o fim da Segunda Guerra Mundial houve o início da Guerra Fria e do medo do Ocidente de dominação da Europa e da Ásia pelos comunistas da URSS. Os Estados Unidos focaram na reconstrução da Europa e da Ásia, devastadas pela Guerra, e no combate à expansão do comunismo. Essa estratégia ocasionou o afastamento norte-americano em relação a América Latina e a um foco maior na Coreia, até então território dominado pelo Japão.

Após a Guerra da Coreia (1950-1953) e a divisão do território no paralelo 38, ela passou a ser chamada de Coreia do Sul e a obter apoio norte-americano financeiro e militarmente, enquanto a Coreia do Norte se aliou com a antiga URSS e a China, definindo a ideologia da Guerra Fria em terras asiáticas. Nessa época a Coreia do Sul passou por uma grande desorganização e estagnação econômica causada pela repentina separação da economia do antigo império Japonês e pela divisão do país.

A economia Sul Coreana sob domínio colonial de 1910 a 1945 era muito dependente do Império Japonês por capital, tecnologia e administração, fazendo com que a separação levasse à suspensão de muitas atividades produtivas do país. Os recursos foram suspensos também com a separação da Coreia do Norte. Usinas elétricas, recursos minerais e a indústria química estavam todos no Norte, deixando o Sul defasado com maquinário agrícola, indústrias leves e fabricas de maquinário.

Por outro lado, os Sul Coreanos herdaram uma experiência técnica em planejamento econômico centralizado que visava abastecer o mercado Japonês. Com o apoio forte norte americano (que investiu US\$ 150 milhões além de que financiou importações e criou programas bilaterais e multilaterais de assistência como a Agência de Reconstrução da Coreia da ONU) e a tensão política com a Coreia do Norte (utilizada como instrumento para mobilizar o orgulho nacional) aprofundou-se a busca de crescimento econômico e autonomia. A reconstrução inicialmente concentrou-se em ajudar refugiados de guerra e na reestruturação do país devastado.

Entretanto, a grave situação social, corrupção e ineficiência do modelo de substituição de importações exigiram a renúncia do então presidente Syngman Rhee. Posteriormente foi eleito o primeiro ministro Chang-My-On. O novo primeiro ministro iniciou uma série de reformas de liberalização econômica tentando reverter a estagnação econômica. Porém “a economia não respondeu de acordo com seus planos e a insatisfação popular cresceu” (GRAHAM 2003). Causando uma grande instabilidade política e econômica acarretando na tomada do poder pelos militares em 1961 com incentivo dos Estados Unidos.

No Brasil, o pós-guerra foi marcado pelo fim do Estado Novo, governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945) que a aboliu partidos políticos e eleições democráticas. Com essa quebra iniciou-se um período de crença nas virtudes do liberalismo político e econômico que não resistiu a “escassez de dólares” e às sucessivas crises na balança de pagamento nacional.

Novamente eleito em 1950, Vargas começou a adotar uma posição nacional-desenvolvimentista, ou seja, “uma ideia de transformar a sociedade brasileira assentada em um projeto econômico voltado para a industrialização pesada como alternativa para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento” (FONSECA 2001). Essa ideia põe a economia brasileira voltada “para dentro” com a intenção de utilizar o crescente mercado interno como motor dessa transformação e de apostar na industrialização pela substituição de importações (ISI), ou seja, desenvolver a indústria nacional o bastante para ela produzir internamente o que se importava do mercado internacional.

Esse período trouxe novas instituições ao país, expansão de investimentos em infraestrutura, regulamentação do mercado de trabalho, avanço no processo de industrialização e a criação de estatais, órgãos, conselhos e institutos que intensificaram a intervenção do governo na produção industrial (FONSECA, 2001). Tal forma de governar com caráter populista, com brusco aumento do salário mínimo, além de dificuldades com o café e com a democracia ainda iniciante, geraram desagrado dos setores conservadores da sociedade. Eles pressionaram pelo afastamento de Vargas e, apesar de terem seu pedido de *impeachment*

rejeitado, aumentaram a pressão em cima do presidente, que levou ao seu suicídio. O seu sucessor, Café Filho, eleito constitucionalmente, buscou solucionar a grave situação do câmbio através da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), autoridade monetária anterior a criação do Banco Central que facilitou a importação de bens de capital muito evitada no período Vargas.

O resultado do programa de estabilização gerou uma ampla crise de liquidez e substancial elevação no número de falências e concordatas no primeiro semestre de 1955. Se não fosse a curta duração do programa teríamos registrado uma forte queda no nível de atividade industrial. Como resultado tivemos a troca do ministro da Fazenda e o novo plano de “instituir um mercado totalmente livre, unificando as taxas de câmbio e procedendo a uma razoável desvalorização cambial. O FMI aprovou o plano que reformulava o sistema brasileiro com méritos” (GIAMBIAGI 2011). Porém tal projeto foi rejeitado pelo Congresso Nacional. Tal contexto e as preferências nacionais na época culminaram na eleição de Juscelino Kubitschek em 1955 e a volta da política desenvolvimentista.

Fundamentou-se, de forma geral, um novo mecanismo de controle, um grupo de instituições que disciplinaria o comportamento econômico: o princípio da reciprocidade. A reciprocidade se refere ao auxílio estatal por meio de subsídios às empresas nacionalmente mais importantes e eficientes.

Os subsídios governamentais nesse modelo eram alocados para as indústrias manufatureiras se tornarem lucrativas, facilitando o fluxo de recursos dos produtos primários para habilidades desenvolvidas com base em conhecimento. Toda performance dos que recebiam o subsídio era monitorada para padrões redistributivos e orientados a obter resultados. Isso transformou a ineficiência associada à intervenção estatal em bem coletivo. Nos países analisados, pode-se observar esse mecanismo através das bruscas mudanças estruturais na economia e no estabelecimento de planos quinquenais de desenvolvimento econômico e social.

3.2 A DÉCADA DE 60 – GOVERNOS DITATORIAIS

O primeiro líder militar sul-coreano, general Park Chung Hee (1961-1979), foi o responsável pela maior importância do planejamento econômico na Coreia do Sul e pela criação do chamado Conselho de Planejamento Econômico (EPB):

Em 1962, o EPB apresentou o primeiro do que seria uma série de planos quinquenais para o desenvolvimento da Coreia. Bancos estatais foram

criados para ajudar na implementação dos planos de desenvolvimento do governo e leis foram aprovadas para efetivamente forçar os bancos privados a também se tornarem agentes dessa implementação. Ao longo dos próximos anos, o governo coreano se tornou, nas palavras do ex-membro do EPB e primeiro ministro SaKong Il, um 'agente de empreendedorismo'. Durante o primeiro e segundo planos quinquenais, o próprio governo estava envolvido nos compromissos industriais. (GRAHAM, 2003, p.16).

Decorrente de uma instabilidade política e econômica vivida na época a economia se viu estagnada mesmo após a tomada de poder. Várias políticas monetárias e fiscais foram adotadas pelo governo para revitalizar a economia. Nos anos 60, mais de 1/3 dos gastos públicos eram de investimentos levando todas as empresas estatais coreanas a um incrível crescimento anual de 10% entre 1963 e 1977. Sua representatividade passou de 6% do PIB em 1963 para 10% em 1980.

Esses números mostram a crença de Park no Estado como mão central de desenvolvimento na economia mesmo que com algumas medidas duras. No entanto, o papel do governo como “agente de empreendedorismo” não se deu tanto através das estatais, mesmo que bem relevantes, mas sim pelo direcionamento das atividades lideradas pelo insurgente setor privado:

“No seu essencial, estava a política de subsidiar as empresas privadas que estavam preparadas a alcançar crescentes níveis de exportação ou de substituir importação por produção doméstica” (GRAHAM, 2003).

Os subsídios ocorriam por meio do acesso preferencial a crédito estrangeiro ou da extensão do crédito doméstico pelos bancos coreanos. Tais bancos, nos anos 1970, se tornaram muito importantes focando nas indústrias pesadas e químicas.

No Brasil, o governo JK voltava a manter o foco em desenvolver economicamente o Brasil auxiliando na transição do país de um passado agrário para um futuro urbano por meio de políticas de industrialização que resolvessem os problemas do país muito povoado em algumas áreas e pouco em outras. Um país com grande população e com um grande mercado interno em potencial dotado de vários recursos naturais em abundância. Para isso ele utilizou “pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica, reunidos no programa de Metas” (GIAMBIAGI, 2011).

O plano foi criado no Conselho de Desenvolvimento criado pelo presidente em 1956. O Conselho era composto por todos os ministros, chefes do Gabinete Militar e do Gabinete Civil, e ainda pelos presidentes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico (BNDE). Foi o primeiro órgão central de planejamento de caráter permanente instituído no Brasil para formular, coordenar e implementar os programas setoriais do governo. As metas do Plano afetavam os setores de energia, indústria de base, alimentação, transporte e educação.

No entanto, o Plano de Metas ocasionou a divisão do papel de investimentos nacionais e estrangeiros, tornando um complementar do outro. A taxa de investimento público foi de, em média, 15,5% do PIB. Os investimentos privados do setor industrial eram incentivados por políticas de câmbio.

Mesmo que a ideia do plano fosse buscar privilegiar as empresas nacionais a partir de subsídios fiscais e creditícios, incluiu também as grandes empresas estrangeiras como decisivas dessa estratégia. Essa abrangência e a constante dificuldade em cobrar resultados frente aos incentivos oferecidos representou o ponto de enfraquecimento do Plano e da dificuldade no alcance dos objetivos definidos. O governo deu preferência ao capital estrangeiro provocando uma entrada maciça de empréstimos externos e investimentos diretos feitos por empresas estrangeiras.

O problema do Plano foi como ele foi financiado. A princípio, o governo utilizou de sua capacidade fiscal (de gastar) ao limite para realizar os investimentos, porém, dada a fragilidade do sistema tributário do Brasil, incapaz de arrecadar grandes recursos para financiar grandes investimentos, o governo acabou usando a estratégia de aumentar a oferta monetária, através de emissão de moeda, que acabou provocando efeitos negativos no nível de preços (aumento da inflação).

O fim do governo JK e a conclusão do Plano de Metas representou o término de um período de acelerado crescimento econômico. Durante a década de 1950 o PIB brasileiro cresceu em média 8,1% ao ano e houve diversificação da produção industrial. Porém houve também desequilíbrios externos no ambiente econômicos, altos índices de inflação e deterioração dos indicadores macroeconômicos.

Após JK, o seu sucessor Jânio Quadros tentou resolver os problemas herdados da gestão anterior. Ele tentou medidas de cunho ortodoxo bem vistas pelos credores brasileiros e pelo FMI. Porém, ele não tinha sustento parlamentar ao seu governo e renunciou ao mandato em 1961. Seu vice, João Goulart enfrentou forte oposição por ser considerado populista e pelas suas medidas contracionistas previstas no Plano Trienal, que tinha como objetivo alavancar o crescimento econômico com reformas sociais e combate à inflação, abandonando a tentativa ortodoxa anterior. Esse fenômeno foi chamado de estagflação, período que uniu a economia

estagnada e a crescente inflação, agravando a oposição ao governo, levando à tomada do poder pelos militares através do golpe de 1964

Os governos dos países periféricos tenderam a ser autoritários durante a Guerra Fria. Houve uma grande mudança onde novas lideranças mundiais foram formadas e o mundo se globalizou ainda mais. A industrialização tardia da maioria deles se deu como um plano de fundo de políticas antidemocráticas. No entanto, o estado mais desenvolvimentista era tecnocrático e evitava correr riscos.

Subsídios foram dados para empresas familiares de renome que poderiam seguir fielmente o que o Estado ordenasse. O maior desafio seria encontrar um líder capaz de liderar com apoio do povo e que não pendesse ao lado corrupto, ditatorial e autoritário. “Quanto mais desigualdade, mais difusas as políticas e, portanto, maior a dificuldade em aparecerem líderes nacionais com habilidades proprietárias, *cutting-edge*” (AMSDEN, 2001).

Na Coreia do Sul, com a tomada de poder pelos militares em 1961 a industrialização foi acelerada pelo militar desenvolvimentista, Park Chung Hee. No Brasil tivemos a abordagem das indústrias de base que foi parte de uma extensa ideologia de modernização e desenvolvimento econômico. Elas influenciaram as alocações governamentais a partir do fim de 1940, atingindo o ápice no Plano de Metas e continuou presente nos governos militares em 1964.

Os dois países seguiram um rumo parecido na ideia de construção de instituições. Isso foi parte de um momento único na história, definido pelos ventos da mudança do pós-guerra, da descolonização das antigas grandes potências e ascensão da ideologia conjunta de planejamento e desenvolvimento.

Durante certo período, na era desenvolvimentista dos países “periféricos”, eles passaram por uma experiência liberal, época em que buscavam acertar preços de mercado e prevenir as distorções do câmbio. Áreas de livre comércio foram criadas. Nelas os insumos importados não eram taxados, desde que 100% da produção fosse exportada (AMSDEN, 2001).

Tal experiência, infelizmente, foi falha por beneficiar somente os setores intensivos em trabalho das economias, visto que os outros, principalmente os manufactureiros, mantinham níveis de produtividade muito baixos e, mesmo com salários baixos e sem impostos, eles não conseguiam competir. Uma das principais missões do Estado era a implementação de escolas técnicas nos principais setores para tornar o país competitivo no mercado internacional.

Nos países estudados, as consequências das tentativas ortodoxas levaram ao descontentamento do povo e não foram muito bem aceitas. Muitas manifestações violentas ocorreram e, em casos extremos, houve a tomada de governos. Assim, na primeira metade dos

anos 1960, o Brasil e a Coreia do Sul passaram por certos momentos de liberalização da economia que não conseguiram reverter a estagnação da atividade econômica. Quando houve a tomada de poder pelos militares, eles se depararam com tarefas similares é claro como revitalizar a economia e conter o avanço da inflação.

As reformas econômicas foram as primeiras realizações do governo de Park Chun Hee. Iniciou-se pela reforma orçamentária, tributária, de controle de taxa de câmbio e monetária. Algumas leis foram criadas para aumentar a receita tributária e também promover a poupança privada interna.

As preocupações aumentaram com a redução da ajuda monetária e militar estadunidense após 1960 (pois eles estavam mais preocupados com a Guerra do Vietnã e com o atrito constante com a URSS em Berlin). O controle das importações cresceu na Coreia do Sul junto com os incentivos às exportações, captação de empréstimos externos e de investimentos externos diretos nas indústrias com melhores resultados. A poupança doméstica representava cerca de 4,3% do PIB, foi o capital estrangeiro que financiou a grande onda de investimento nas instituições neste período.

Enquanto o desenvolvimento brasileiro foi todo focado na substituição de importações, devido ao enorme mercado interno, Park Chun Hee seguiu pelo caminho das exportações na economia sul coreana. Essa diferença supriu uma falha lógica do sistema de industrialização por substituição de importações, usado pelo Brasil, em que a alocação de recursos foi mais destinada a atividades com desvantagens comparativas.

Tendo em mente essa barreira, os administradores da economia sul coreana nos anos de Park desenvolveram duas políticas importantes: expandir exportações e não substituir importações. As indústrias que estavam nascendo devido a incentivos do governo eram focadas nas exportações. A segunda política era de que, as indústrias que não suprissem a demanda de exportação, não eram salvas.

Todo esse árduo controle dos subsídios e controle dos resultados obtidos difere a política coreana da maioria dos países em desenvolvimento na época, onde o incentivo do governo na maioria das vezes não dependia de resultados práticos. Na Coreia, os resultados vieram rápido: no final dos anos 1950, no começo do processo de desenvolvimento, as exportações representaram 5% do PIB. No começo da década de 1980 já eram 35% do PIB:

“os empreendedores coreanos tinham que aceitar o risco exigido para o sucesso na construção de novas áreas de vantagem comparativa ou eles acabavam falhando em receber preferência de suas firmas que atingiam as metas de exportação” (GRAHAM, 2003).

As empresas que que obtiveram sucesso durante ficaram as conhecidas como *chaebols* (grandes conglomerados familiares, fundamentais durante o milagre coreano). Outra medida elogiada do governo Park foi a procura pelos coreanos mais ricos e bem-sucedidos para fazelos ajudar na construção de uma nova economia por meio de contribuições para o governo. Entre esses ricos, estava o empresário Lee Byungchol da Samsung, que foi instruído a iniciar operações em novos setores e atividades selecionados pelo governo. Essa cooperação funcionou muito bem limitando os receios dos empresários quanto às medidas de Park e contribuindo com o entendimento de que, se fizessem tudo como esperado, se dariam bem com o regime.

Algumas indústrias, principalmente do setor primário, começaram a crescer mesmo antes do regime graças à ajuda estadunidense, que injetou capital para aumentar sua produção e exigia, em retorno, a abertura de mercados (mesmo fechando o mercado americano para as exportações coreanas). Além desta política americana, também eram barreiras para as exportações coreanas a falta de relacionamento com comerciantes e distribuidoras internacionais e outros agentes importantes para alavancar o comércio internacional. Para superar esse problema, o governo criou subsídios e redução das tarifas que permitiram aos produtores coreanos competirem no cenário internacional. A performance das exportações da indústria têxtil e de outras indústrias leves foram o começo do crescimento na economia da Coreia. Park tinha como objetivo “o período em que a Coreia do Sul pudesse ser uma grande produtora nos segmentos como aço, navios, veículos e maquinário pesado, produtos estes que eram associados à força nacional” (GRAHAM, 2003).

O crescimento dos setores pesados necessitava de altas taxas de formação de capital, que foram financiadas por poupança doméstica ou por capital externo. Essa dependência financeira deu a liberdade ao governo de Park tentar um método potencialmente poderoso de guiar a atividade econômica, ele controlou o crédito de investidores externos às firmas coreanos e agiu como garantia desse crédito.

O poder de controlar quais as firmas Coreanas que receberiam tal crédito estrangeiro foi empregado como ferramenta de política industrial e utilizado extensivamente nos anos 1970, quando as firmas passaram a investir em atividades intensivas em capital. Esse crescimento elevou a poupança nacional de quase zero em 1960 para 20% do PIB já em 1970 (em apenas uma década, portanto) permitindo que a fração crescente de capital fosse financiada domesticamente. A Coreia nesse período conseguiu se transformar em uma das maiores poupanças do mundo, diminuindo a sua dependência financeira e permitindo que os setores determinados pelo governo para receberem investimentos não sofressem influência dos

credores estrangeiros. Esse período ficou conhecido como o “Milagre do rio Han” e ocorreu graças a ambiciosa ideia do governo de aplicar e modificar suas estratégias econômicas desde 1963.

Os administradores coreanos temiam que o crescimento não fosse sustentável e que as empresas perdessem suas vantagens comparativas nos setores que estavam exportando com sucesso. Para tentar contornar isso eles mudaram sua estratégia econômica no chamado impulso para “indústrias pesadas e químicas” (HCI) em 1973, período de maior autoridade do governo. O Japão forneceu assistência financeira e técnica na criação de um complexo de aço de ponta na Coreia do Sul, visando manter os acordos feitos em 1965 que traziam de volta a relação entre os dois países. A estratégia HCI consolidou algumas indústrias pesadas na Coreia, porém também criou fraquezas, desequilíbrios e desigualdades, como a concentração econômica nesse setor e o não desenvolvimento do setor financeiro.

3.2.1 SITUAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, o período militar começou sob o comando de Castello Branco que buscou combater a inflação, a expansão de importações e a retomada do crescimento econômico. Ele assumiu um perfil restritivo devido aos desequilíbrios monetários herdados do período anterior. O governo então realizou, assim como na Coreia, reformas econômicas de caráter estrutural nas áreas fiscais e financeiras combinadas a um plano de combate gradual à inflação o chamado Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O objetivo na área fiscal era aumentar a receita tributária. Na área financeira a meta era construir um segmento de financiamento privado capaz de sustentar o processo de industrialização e, para isso, houve a criação do Banco Central do Brasil como executor das políticas monetárias e da criação do Conselho Monetário Nacional com funções normativas e reguladoras. Essas reformas ampliaram o grau de abertura da economia ao capital externo de empréstimos e de risco, o que era visto como algo positivo para aumentar a concorrência e eficiência do Sistema Financeiro Brasileiro (SFB).

O governo acreditava que a causa da inflação era o excesso de demanda na economia que fazia os preços dos bens e serviços aumentarem. Assim, para combater a inflação, o governo reduziu seus gastos, restringiu o crédito por meio do aumento das taxas de juros e adotou uma nova política salarial que impedia o aumento dos salários a uma velocidade maior que a taxa de inflação gerando, conseqüentemente, uma grande redução no salário real da população. A inflação, que foi de 91,8% em 1964, caiu para 30,4% em 1967. Com o PAEG, o governo aumentou drasticamente sua capacidade de arrecadação de recursos junto à sociedade em

função da nova estrutura dos sistemas tributário e financeiro. Em seguida, os novos órgãos e instrumentos do sistema financeiro facilitaram a acumulação de poupança pelos agentes econômicos e sua canalização para investimentos produtivos.

Em 1967, saiu Castelo Branco e entrou Costa e Silva. Com a ajuda de Delfim Netto (representando a chamada “escola desenvolvimentista da USP”) sua gestão caracterizou-se por grandes taxas de crescimento do PIB, 11% ao ano em média, o que fizeram o período de 1967 a 1973 ficarem conhecidos como “milagre econômico Brasileiro”.

Com o objetivo principal de crescer a economia acompanhado da contenção da inflação (em torno de 20% a 30% ao ano), Delfim Netto deu outra averiguação sobre as causas da inflação. Ele diagnosticou como sendo de custos, ou seja, o que fazia os preços subirem não era o fato de a demanda ser maior que a oferta, mas sim o aumento dos custos de produção das empresas por causa do crédito caro e por estarem operando com capacidade ociosa em virtude da recessão. Assim, o próprio crescimento da atividade econômica contribuiria para a redução dos custos das empresas e por consequência para a redução da inflação. A estratégia dele foi tentar a retomada do investimento público em infraestrutura, aumento do investimento das empresas estatais e expansão do crédito ao consumidor e do sistema financeiro da habitação.

Assim ocorreu uma forte retomada dos investimentos e também das importações de bens de capital (máquinas e equipamentos) fazendo de 1970-73 um período de forte crescimento do setor. Porém, outras consequências vieram devido a forma pela qual tudo isso foi financiado. Mesmo com sistema tributário e financeiro mais eficientes, criados durante o PAEG, o Brasil ainda era um país com grande escassez de capitais e tanto o governo como as empresas privadas ou estatais seriam incapazes de gerar e sustentar um crescimento tão intenso. A estratégia adotada para financiar o crescimento brasileiro foi a do endividamento externo. Como a economia mundial estava em grande expansão e havia um excesso de liquidez no mercado internacional de crédito, houve uma grande queda das taxas de juros, bem como alongamento dos prazos.

Optou-se por seguir a opção cômoda ao invés de se desenvolverem formas alternativas de intermediação financeira de longo prazo que sustentariam o processo de acumulação brasileiro. Ao fim da gestão de Delfim, vários de seus objetivos foram alcançados como o elevado crescimento da economia, aumento da produção industrial e das exportações. Porém levaram a várias distorções e desajustes como grande aumento da dívida externa (que triplicou) e concentração de capital em grandes conglomerados. Além disso, o Banco central manipulava linhas de fomento. Bancos sob risco de quebra eram socorridos pelo BC, transformando-os em

prêmio para empresários fraudulentos e estímulo para aplicações especulativas, gerando escândalos financeiros.

Em 1973 com o primeiro choque do petróleo a vulnerabilidade do Brasil se acentuou. Tal déficit foi financiado, ironicamente, pelos próprios petrodólares atraídos pelos investimentos de risco do Brasil. O próximo presidente, Ernesto Geisel, implantou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que completou o processo de industrialização por substituição de importações e levou ao crescimento do PIB e a novas transformações na estrutura produtiva do país. O governo Figueiredo compartilhou dessa visão que manteve no começo o crescimento do PIB. Porém o esgotamento do II PND, o segundo choque do petróleo em 1979 e a inevitável grande alta dos juros internacionais acarretaram no aumento da inflação e deterioração das contas externas, levando a forte desequilíbrio fiscal e do balanço de pagamento.

3.2.2 FAZER OU COMPRAR

Os países “periféricos” têm em comum o fato de terem construído indústrias de média-tecnologia, porém alguns avançaram mais que outros tornando-se economias baseadas em conhecimento onde a educação nacional é a base para seu futuro. Países como Índia, Coreia do Sul e Taiwan, investiram pesado em habilidades nacionais de conhecimento que sustentaram a iniciativa nacional em indústrias de média-tecnologia e no avanço para os setores futuros de alta tecnologia baseando-se em líderes nacionais. A Coreia, como já dito, teve forte apoio estadunidense e a fundamental preocupação com a educação permitiu que, além dos investimentos citados, também uma mão de obra especializada fosse se desenvolvendo e aos poucos fosse passada para frente como prioridade para apoiar os esforços de desenvolvimento do país.

Em contrapartida, países como México, Brasil e Turquia, apostaram na dependência de seu crescimento no *know-how* estrangeiro. O investimento externo foi predominante, mas os gastos nacionais em ciência e tecnologia no Brasil não foram realizados.

A Coreia do Sul e o Brasil, países em desenvolvimento, tinham a escolha de *fazer* ou *comprar* tecnologia, mas isso não era tão claro. Todos eles compravam tecnologia estrangeira e tinham que investir muito para se adaptarem a essa tecnologia e fazer ela funcionar em seus territórios. Os países foram se tornando cada vez mais internacionalizados, empresas nacionais investiam no exterior ou formavam alianças estratégicas com elas. Trocas de conhecimento, tecnologias e acordos financeiros entre elas ocorreriam.

Os países periféricos acabaram sendo divididos em dois grupos, os “integracionistas” (aqueles que copiavam os investidores estrangeiros como estratégia de crescimento) e os “independentes” (que eram os que visavam criar sistemas de inovação próprios, nacionais para permitir habilidades baseadas em conhecimentos próprios).

“A diferença dessas duas habilidades que influenciavam a transição da formação de habilidade em produtos primários para baseados em conhecimento dependia de duas forças: a história (com o tipo de experiência em manufatura) e distribuição de renda (o nível de equidade que eles eram distribuídos)” (AMSDEN, 2001).

3.3 AS CRISES

A Coreia do Sul conseguiu independência financeira e deixou nas mãos do governo o controle dos investimentos nacionais. Como a maioria dos bancos e grande parte do setor financeiro foi estatizado e protegidos pelo governo, eles tomavam maiores riscos e algumas empresas coreanas contraíram muitas dívidas.

Essa situação levou a uma crise de liquidez internacional para a Coreia em 1971 visto que a maioria destas instituições tinham realizado empréstimos estrangeiros. O FMI forçou a Coreia a desvalorizar sua moeda. Isso ajudou nas exportações, porém aumentou o valor da dívida externa já que a moeda estava desvalorizada. Foram exigidas do governo coreano garantias em seus empréstimos pelos investidores estrangeiros. O governo então diminuiu o número de empresas que recebiam benefícios selecionando-as (uma vez que estava sem recursos para financiar todas as empresas ou garantir os empréstimos externos).

O impulso da indústria química e pesada levou ao crescente número de *chaebols*. Os baixos retornos eram compensados pelas vantagens governamentais por investir em setores considerados estratégicos e na diminuição das empresas mais novas ou sem um histórico familiar na indústria. Os *chaebols* já existentes eram enormes e sua ampla diversificação em produtos não relacionados permitiram sua sobrevivência às dificuldades da industrialização tardia conseguindo se impor no mercado externo e sobressaindo a necessidade dos grandes investimentos tomados por firmas multinacionais nas indústrias alvo.

“Mesmo a Coreia tendo dependido fortemente de empréstimos estrangeiros, o país desfrutou de quase nenhum investimento externo fora dos setores intensivos em trabalho.” (AMSDEN, 2001)

Com o passar do tempo, esses *chaebols* nutriram e ampliaram a economia, gerando dois resultados principais:

- 1 - Os *chaebols* começaram a pouco se diferenciar, operando nos mesmos setores
- 2 - Os subsídios continuaram fluindo para estes grupos mesmo quando as menores taxas de retorno desapareciam.

De fato, os conglomerados recebiam ampla ajuda do governo, em parte para evitar as perdas que acompanhariam o fim desses grupos especiais do governo. Os bancos coreanos eram obrigados a emprestar dinheiro para as empresas com dificuldades para impedi-las de falirem. Para não deixar as empresas de baixa performance ruírem, elas eram salvas por novos donos com a missão de recuperá-las.

A mudança dos critérios nas ofertas dos subsídios e o menor controle da performance das empresas levou ao descontentamento da população em geral, que estava vendo a renda nacional cada vez mais concentrada nas poucas famílias pertencentes aos *chaebols* e que eram bem próximas ao governo. “Enquanto em 1970 os 30 maiores grupos empresariais na Coreia controlavam 126 subsidiárias, em 1979 esse número passou para 429 subsidiárias” (GRAHAM, 2003).

Esse descontentamento levou ao assassinato de Park em 1979 e, assim, ao fim do período das Indústrias Químicas Pesadas (HCI) e do desenvolvimento da indústria pesada e deixou como herança os avanços industriais e elevadas taxas de crescimento econômico. Porém, deixou como herança também a grande concentração de renda e uma grande dívida externa. Ainda no fim de 1970, as exportações como parcela do PIB diminuía muito.

Em outubro de 1979, Choi Kyu-hah (que foi o primeiro-ministro de 1975 a 1979) assumiu como presidente efetivo depois do assassinato do presidente Park Chung-hee. Devido ao clima de insatisfação geral gerado pelo governo autoritário de Park, Choi prometeu uma nova Constituição para o país e a realização de eleições democráticas.

Ele ganhou as eleições em 6 de dezembro de 1979 e se tornou o quarto presidente da Coreia do Sul. Porém já em dezembro de 1979, o Major General Chun Doo-hwan e aliados próximos de dentro das forças armadas do país deram um golpe de estado contra o governo de Choi.

O então novo presidente Chun Doo-hwan manteve o autoritarismo do governo ocasionando o aumento das manifestações sociais por democracia (como a revolta de Gwangju que resultou em um massacre). A democracia só ocorreu em 1987 com a promulgação de um processo eleitoral

Antes disso, em 1980, o novo governo implementou políticas de estabilização com o objetivo de controlar a inflação. Algumas destas políticas foram fiscais e monetárias restritivas, entre elas o fim das grandes vantagens que os *chaebols* tinham e que contribuíram para a instabilidade do sistema financeiro sul coreano, já que os empréstimos bancários ficaram concentrados nessas poucas empresas.

Tal ocorrência não teve impacto de imediato na economia, de modo que a década de 1980 ainda foi de crescimento para a Coreia do Sul ainda obtendo bons resultados das políticas industriais e dos investimentos dos *chaebols*. A recessão só se iniciou na década seguinte:

“O lucro médio dos 30 maiores grupos chaebols era de cerca de 15% no início da década de 1980, caiu para 6% nos anos 1990 e menos de 3% ao fim da mesma década” (EICHENGREEN; CHUNG, 2004)

As dívidas cresciam exponencialmente e tal desaquecimento da economia trouxe à tona que oportunidades muito lucrativas de investimento muitas vezes mascaravam possíveis distorções e dificuldades do ambiente empresarial sul coreano no momento da transição da indústria pesada para setores mais tecnológico-intensivos que estavam em ascensão:

“O problema veio à tona quando chegou o momento de transição para um crescimento mais intensivo, mais dependente da capacidade de inovar na sua produção e nas tecnologias” (GUIMARÃES, 2010)

Essas dificuldades combinadas com a recessão econômica, os dois choques do petróleo, o aumento geral de preços, a quebra das safras agrícolas e a instabilidade política, provocaram a realização de vários protestos e greves que instabilizaram a produção industrial.

Houve a entrada de um novo presidente, Roh Tae Woo, durante o período de 1988 a 1993 que teve sua legitimidade questionada pelo seu histórico militar e pelo apoio que recebia do governo anterior. Porém, ele não conquistou maioria na Assembleia Nacional e caiu.

Em 1990 foi estabelecido um governo composto de três partidos que preparou a Coreia para seu primeiro presidente civil, Kim Young-Sam (1993 até 1998). Kim fez reformas importantes, como a da transparência das finanças. Ele terminou com as contas bancárias sob pseudônimo que permitiam esquemas de corrupção entre empresários e políticos.

No entanto, o seu mandato foi afetado por escândalos financeiros (um dos seus cinco filhos foi preso por tráfico de influências e fuga ao fisco) e pela incapacidade de prevenir a crise financeira que atingiu toda a Ásia, levando ao humilhante pedido de ajuda ao Fundo Monetário

Internacional em 1997. Alguns analistas diziam que o pior que lhe aconteceu foi ter chegado ao poder. Quis tanto ser popular que perdera a audácia para tomar decisões difíceis.

O ano de 1997 foi o do auge da crise Asiática. Atingiu países que apresentavam estabilidade e crescimento nas últimas três décadas grande parte dela sustentados pela expansão de suas políticas de investimentos na indústria pesada e exportações. A crise afetou drasticamente a produção e os empregos, demissões em massa aconteceram, e levou a mais dívidas externas. A Coreia teve uma queda de 8% no PIB bruto aquele ano.

Com a crise, os mercados emergentes se tornaram arriscados frente aos olhos dos investidores internacionais. A crise mostrou uma série de fragilidades estruturais referentes à incompatibilidade da regulação dos sistemas financeiros com a internacionalização crescente dos mercados de capitais.

A Coreia do Sul demonstrou grande controle na criação de medidas governamentais, por isso a rápida recuperação da economia. O sucesso veio da grande força ao Executivo recebido de estruturas institucionais, e da ação da burocracia muito capaz, fortalecida pelo enfraquecimento gradual dos *chaebols*. O sucesso foi graças também ao presidente eleito e suas características, dissociado das dificuldades anteriores.

Muitos avanços surgiram graças às reformas como a redução no endividamento dos *chaebols* e o saneamento do setor financeiro. Tiveram avanços também, nos padrões de auditoria e contabilidade, além da adoção de práticas para tornarem as empresas mais transparentes. A reestruturação dos grupos empresariais tornou eles menos diversificados, as garantias cruzadas eliminadas e algumas das subsidiárias endividadas e ineficientes foram fechadas. Os 30 maiores *chaebols* tinha um lucro médio de 0,8% em 1998, aumentando para 3,48% em 2002.

3.3.1 PÓS CRISE

A economia coreana enfrenta hoje grandes desafios relacionados as novas direções que o mercado asiático tomou. Entre os anos de 1998 e 2005, o leste asiático cresceu 9% ao ano, com grande crescimento do comércio inter-regional. Os chineses avançaram rapidamente nos setores de eletrônica e tecnologia da informação, esse é o principal destino das exportações coreanas, logo eles se tornaram uma forte ameaça. A economia coreana se encontra espremida entre o tecnologicamente bem avançado Japão e a economia chinesa de baixíssimo custo. O governo coreano está respondendo com a abertura ao capital estrangeiro e com a assinatura de

tratados de livre-comércio, principalmente com os Estados Unidos. Grande aposta para continuar avançando à economia de conhecimento, vital para enfrentar a competição asiática.

Um grande desafio foi a geração de empregos pós crise, já que as indústrias de trabalho intensivo estavam em declínio e os setores mais dinâmicos tinham reduzido a criação de novos empregos. Uma alternativa era o setor de serviços que se encontrava muito atrasado ainda. Outra alternativa é a melhoria da capacidade tecnológica e fortalecimento do ensino nas pesquisas básicas. Aliado a isso, está relacionado a necessidade de reformar o sistema educacional, muito importante no crescimento coreano desde os anos 1960, que no final do século vinha falhando na tarefa de estimular a criatividade e iniciativa.

3.3.2 NO BRASIL, DÉCADA PERDIDA

O Brasil estava em uma grande crise no final da década de 1970 em parte devido aos cenários externos como o segundo choque do petróleo que causou recessão dos países que vinham desenvolvendo industrialização e o grande aumento dos juros internacionais.

A primeira atitude do governo Figueiredo foi a de promover ajustes recessivos na economia com redução de gastos públicos e restrição de crédito para conter a demanda.

“à medida que a alta dívida externa nos impede de continuar o financiamento externo, a única forma de financiar o déficit é através do aumento do endividamento interno ou emissão de moeda” (BRESSER PEREIRA, 1991).

Porém, o país já enfrentava à época o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e do II PND. A emissão monetária só intensificou a crise fiscal, aumentou muito a inflação e a consequente piora das contas externas, desequilibrando a balança de pagamentos. Os preços dos insumos básicos de consumo nos anos 1980 variavam praticamente todo dia.

Com o discurso de combater a inflação com crescimento econômico várias medidas foram promovidas entre elas a maxidesvalorização do cruzeiro em 30% para tentar aumentar as exportações, o que possivelmente estimularia o crescimento e traria mais dólares ao país, melhorando o balanço de pagamento. Entretanto, por causa da desvalorização, o custo dos produtos e insumos importados aumentou. Também pelo aumento dos preços públicos, a inflação em 1980 disparou para 110% deteriorando ainda mais as contas externas.

Para tentar reverter a situação, novas políticas foram tentadas como a contenção da demanda para reduzir as importações e consequentemente a saída de dólares (por meio de corte

de gastos públicos, aumento da taxa de juros interna, restrição de crédito e redução do salário real). Outra política foi estimular as exportações, para aumentar a entrada de dólares, por meio de outra maxidesvalorização de 30% do cruzeiro em 1983.

O aumento dos juros internacionais nos anos 1980 dificultou as novas captações de recursos externos e aumentou os encargos da dívida externa afetando o Brasil, Coreia do Sul e todos os países “periféricos” em desenvolvimento. As fontes de entrada de dólares secaram e o Brasil, para não quebrar, teve de recorrer a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI). A entrada dos recursos do FMI determinou o sucesso do ajuste externo já em 1984 com geração de superávits externos. O Brasil voltou a crescer, mas a inflação aumentava ano após ano em virtude da deterioração das contas públicas e do alto grau de indexação da economia. A inflação em 1984 chegou a 223%.

É nesse contexto que o Brasil se encaminhou para a abertura política. Manifestações em prol de eleições diretas em 1984 criticavam o governo por se submeter às regras do FMI impondo a recessão e o arrocho salarial à população.

Em março de 1985, com inflação nas alturas, finanças públicas em crise e endividamento externo e interno, os militares saíram e houve o início do governo civil do presidente José Sarney que governou de 1985 a 1990. Os próximos que vieram, Fernando Collor (1990 a 1992) e Itamar Franco (1992 a 1994), concentraram toda a política econômica em combater a inflação.

Diversos planos de estabilização foram lançados: Cruzado I e Cruzado II (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994). Apenas o plano Real implementado na gestão de Itamar Franco obteve êxito em reduzir a inflação brasileira.

De forma geral, as super expansões governamentais levaram às crises da dívida que atingiram fortemente a América Latina (1980) e o Leste Asiático (1997) afetando os países estudados de formas diferentes, mas igualmente relevantes para a história e futuro dos países. Em ambos os casos, os países buscaram empréstimos oficiais e as conseqüentes condições impostas pelo FMI, aliadas também às dificuldades internas que os países enfrentavam, acabaram agravando as já deterioradas condições econômicas dos países.

4 RESULTADOS PRÁTICOS

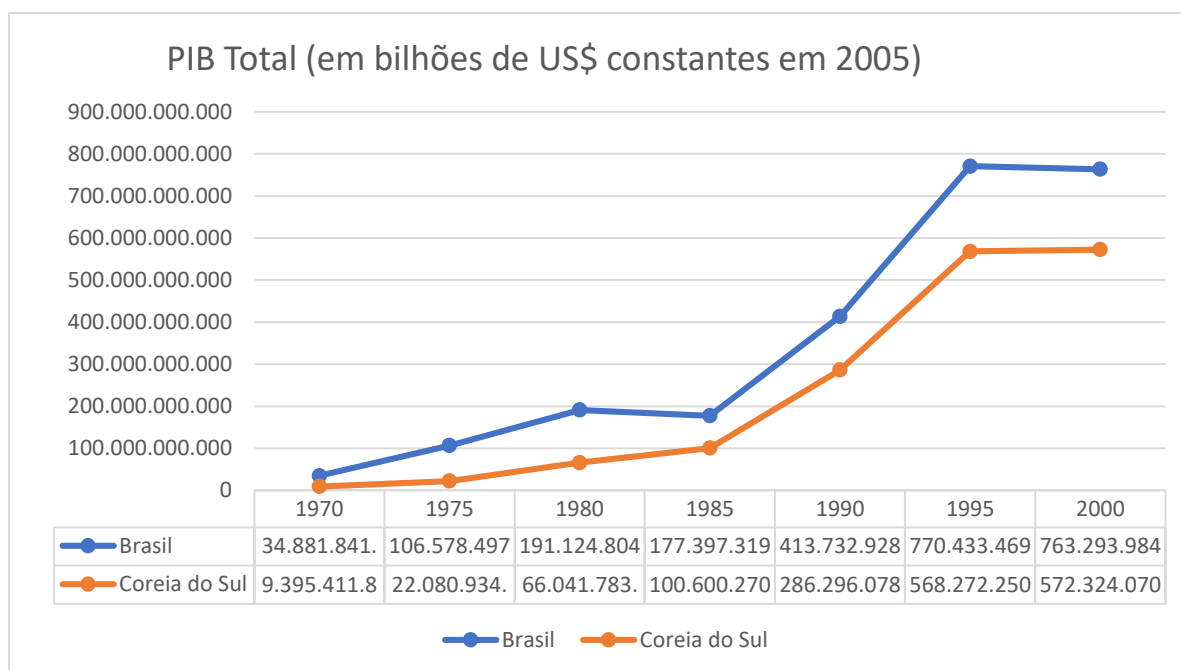
Analisando dados extraídos do Banco Mundial e da ONU do pós guerra aos anos 2000 serão analisados os principais dados econômicos. Independentemente da estrutura, essas variáveis agregadas mostram a economia de forma geral. Os indicadores a serem usados nessa

parte, que irão definir de forma geral o desenvolvimento dos dois países, são o PIB, PIB per capita, reservas, exportações e importações. Analisar essas estruturas dos países ao longo das árduas décadas de desenvolvimento, permite a melhor compreensão das políticas adotadas e suas consequências.

4.1 PRODUTO

O PIB ajuda a indicar a capacidade de investimento das nações, quanto maior o PIB, maior será a capacidade do país responder a eventos inesperados possibilitando alterações do planejamento e adequações. O gráfico, medido em dólares constantes de 2005, mostra, no geral, a capacidade dos dois países estudados nesse trabalho, Brasil e Coreia do Sul.

Gráfico 1 - PIB Total (em milhões de US\$ constantes em 2005)



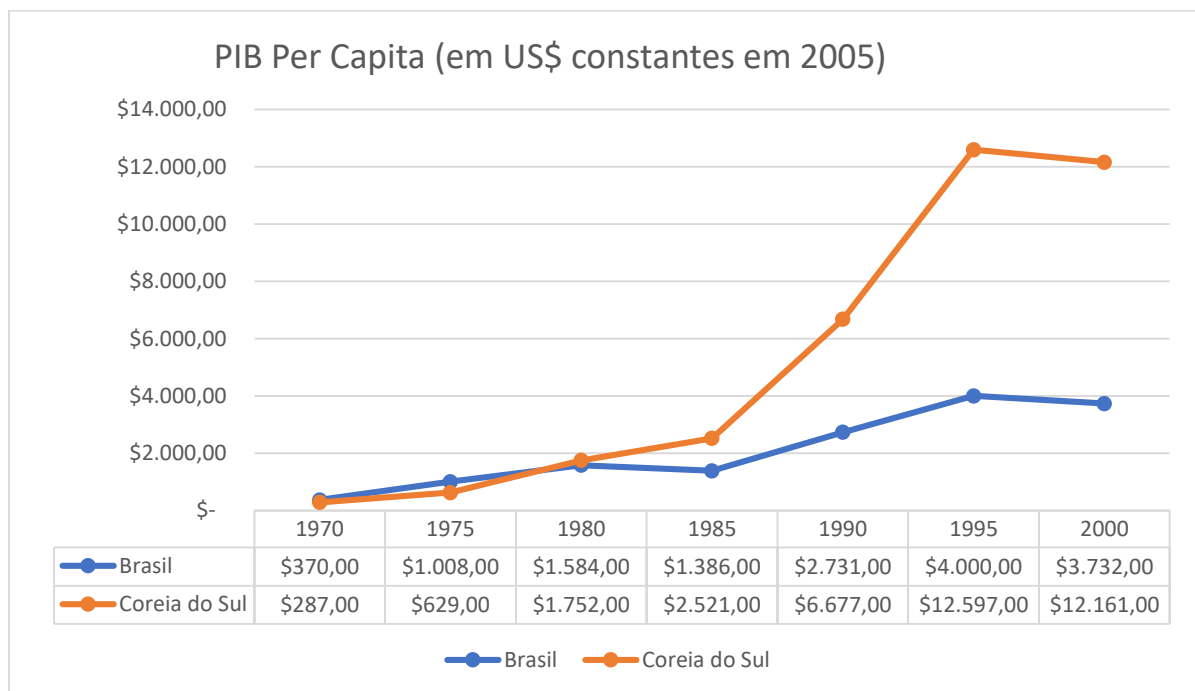
Fonte: World Bank (2020)

O gráfico acima revela uma trajetória parecida dos dois países que tiveram um crescimento notável ao longo das décadas. Os dois PIBs tiveram quedas em certos momentos mostrando as principais crises que os dois países viveram. O Brasil apresenta uma pequena queda na década de 1980 também conhecida como a “década perdida” e no começo da década de 1990. Com as novas políticas monetárias de recuperação da moeda e controle da inflação, vemos um crescimento com destaque ao Plano Real de 1994 e uma ligeira estabilização no fim do século.

A Coreia do Sul teve um crescimento mais constante. Houve uma pequena queda em 1979 com o assassinato do ditador Park que trouxe instabilidade política administrativa e econômica. Por fim uma queda ainda maior no final da década de 1990 com a crise asiática. Mesmo com as crises, os dois países conseguiram grande crescimento do PIB, reflexo das políticas de industrialização e desenvolvimento mostrando sucesso em certo aspecto dos esforços dos dois governos.

A indicação do PIB é importante, porém incompleta. Ela não mostra a qualidade do aumento da produção em relação a particularidade de cada país. O gráfico anterior não mostra a grande diferença dimensional dos dois países servindo apenas para mostrar a trajetória econômica em seu todo. Para melhor entendimento dos valores do PIB utilizaremos o PIB per capita do produto que é o PIB total dividido pela população de cada país.

Gráfico 2 - PIB Per Capita (em US\$ constantes em 2005)



Fonte: World Bank (2020)

O PIB per capita mostra as mesmas instabilidades econômicas do gráfico anterior de ambos os países, mas a relação dos dois países agora encontra certa discrepância. As duas economias se encontravam praticamente no mesmo nível no início da década de 1970 o que não aparecia no gráfico com os números reais. A Coreia do Sul apresenta um crescimento de quase 8 vezes.

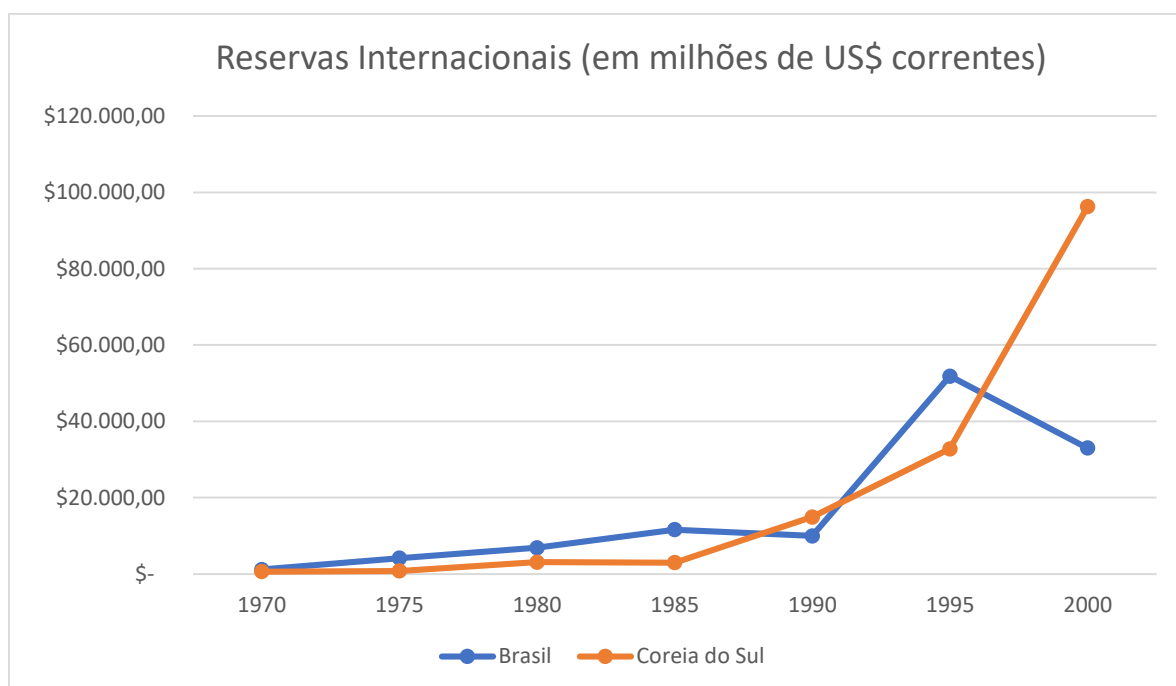
Já o Brasil apresenta crescimento, porém constante. A diferença do gráfico 1 para o 2, mostra que a população do Brasil cresceu mais rápido que o desenvolvimento pode acompanhar. A superioridade do PIB total brasileiro não é suficiente para superar a diferença de população dos dois países, resultando em um PIB per capita muito melhor para a Coreia do Sul.

4.2 ASPECTO MUNDIAL

Os dois países seguiram de certa forma pelo caminho de abertura comercial das economias. Houve para ambos, aumento da produtividade, crescimento do PIB e aumento da comunicação entre outros países do mundo desenvolvidos ou em desenvolvimento. Por meio do mundo mais globalizado e mais interdependente, o comércio entre os países aumentou. Por isso a necessidade de analisar o aspecto mundial para compreender as estruturas nacionais dos dois países no período analisado.

O gráfico abaixo mostra o nível de reservas de cada país, indicando a capacidade deles de reverter possíveis problemas econômicos, reagindo positivamente. Grandes reservas indicam maior autonomia e independência monetária, tendo mais proteção a eventuais turbulências do sistema.

Gráfico 3 - Reservas Internacionais (em milhões de US\$ correntes)



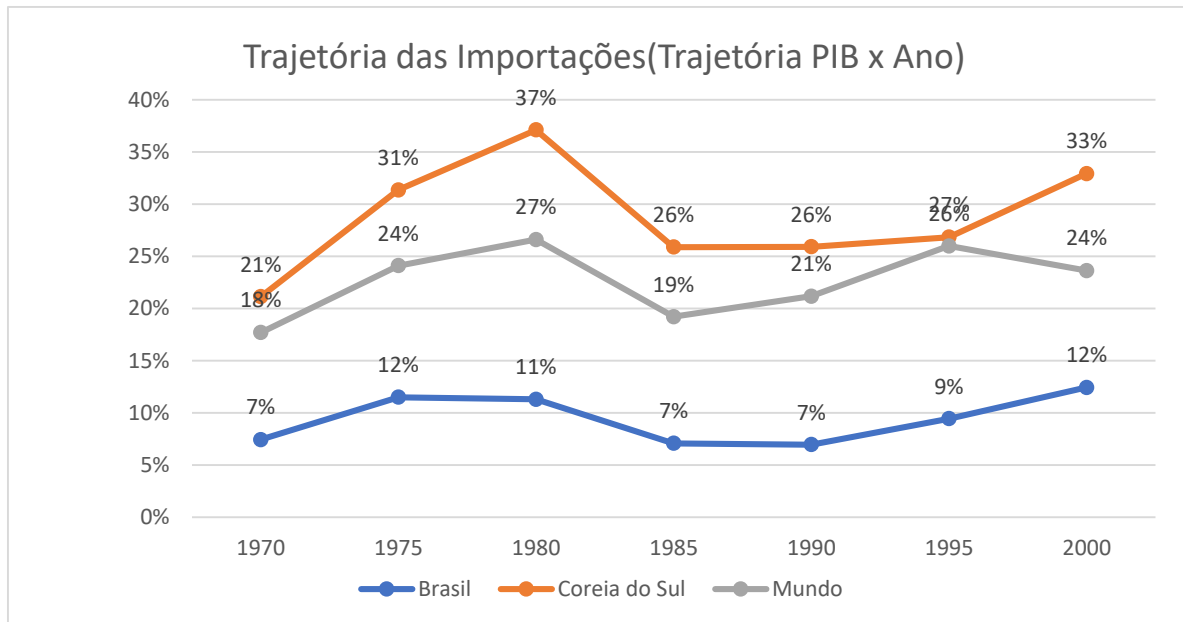
Fonte: World Bank (2020)

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Brasil	\$ 1.189,90	\$ 4.166,49	\$ 6.875,23	\$ 11.617,96	\$ 9.997,59	\$ 51.842,39	\$ 33.015,30
Coreia do Sul	\$ 609,95	\$ 796,94	\$ 3.100,86	\$ 2.971,65	\$ 14.916,13	\$ 32.804,28	\$ 96.250,97

O gráfico mostra, primeiro pela Coreia do Sul, que a situação deles começou com a diminuição da ajuda americana na década de 1960 e com as políticas expansionistas a longo prazo do governo de Park no aquecimento da economia e manteve-se durante a necessidade de financiar investimentos para a indústria pesada e química. No Brasil, a estratégia de substituição de importações foi bancada praticamente com grande endividamento, impedindo o acúmulo de reservas tendo a abertura ao capital externo começado no governo JK na década de 1950.

É possível perceber nos dois países que até o final da década de 1980 as reservas dos dois não eram tão grandes, com uma leve queda no Brasil devido as duas crises do petróleo e o aumento dos juros internacionais. A situação melhora para os dois países no início da década de 1990 com maior estabilidade e reaquecimento da economia, porém o Brasil apresenta nova queda, ainda afetado pelos juros internacionais e estagnação econômica.

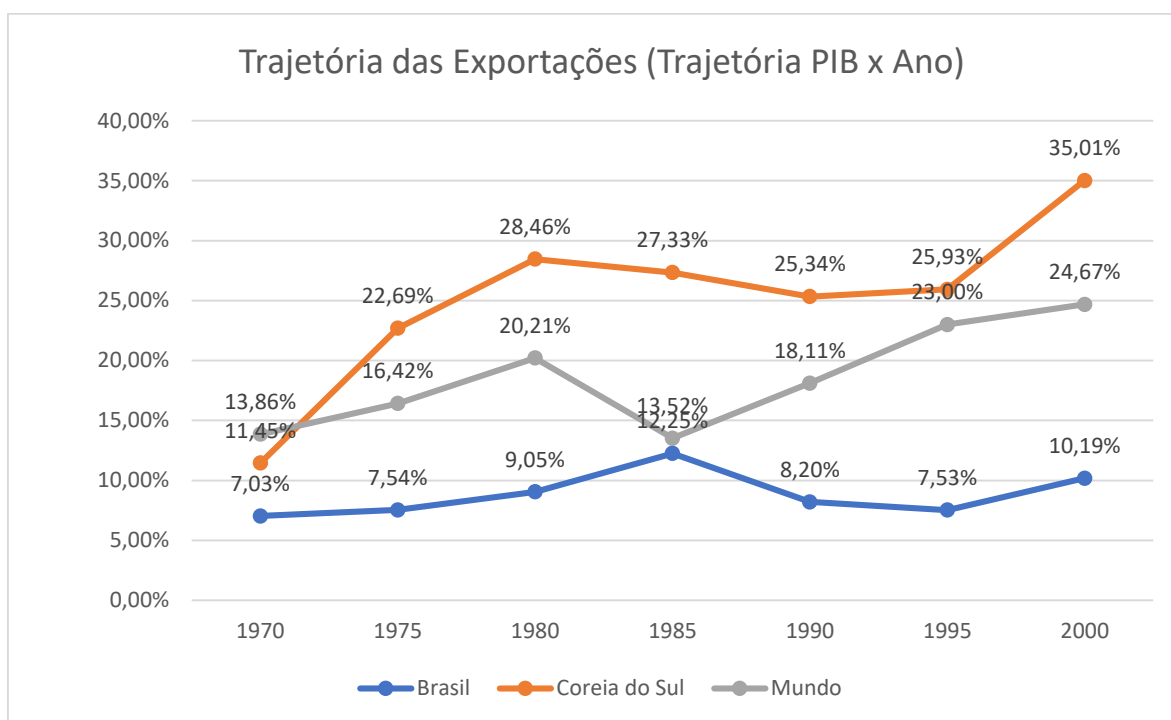
O gráfico que mostra a trajetória das importações é importante ao caracterizar o quanto um produto tem origem externa mostrando a dependência do insumo externo. Os dados a respeito do comércio médio mundial foram incluídos para uma noção melhor em termos de comparação permitindo uma visão mais abrangente.

Gráfico 4 - Trajetória das Importações

Fonte: World Bank (2020)

Muito é importado pela Coreia do Sul devido ao tamanho de seu território e a falta de recursos naturais para a indústria e até mesmo falta de terras para a agricultura. Enquanto o governo expandia as exportações, os insumos e tecnologia para a concretização do ato eram importados. No Brasil que seguia pelo caminho de substituição de importações, acabou suavizando os volumes de importações para o país, além de ter abrangência em recursos naturais e território.

Com os dois choques do petróleo em 1973 e em 1979, fica visível no gráfico 4 o choque que isso ocasionou nas importações dos dois países, o aumento generalizado dos preços nesses anos levou as importações a representarem uma porcentagem maior do PIB de ambos os países. Essa grande influência combinada com o aumento dos juros internacionais e as mudanças na taxa de câmbio elevam a porcentagem do PIB que representam as importações, não alterando o volume delas.

Gráfico 5 - Trajetória das Exportações

Fonte: World Bank (2020)

Sob o governo de Park, em que as indústrias deveriam ter bons resultados de produtos exportados para continuar recebendo os subsídios do governo, se percebe a elevação acentuada na linha Coreana já na década de 1970. Essa política foi a que permitiu a Coreia do Sul alcançar um patamar acima da média mundial no quesito exportações.

O Brasil, com o foco da industrialização em substituição de importações, também não apresentou volumes altos de exportações, ficando abaixo da média mundial. Isso é devido às políticas administrativas e econômicas que o Brasil seguiu com a intenção de manter a produção direcionada ao mercado interno invés do externo. As exportações em grande escala feitas pela Coreia do Sul ajudaram na obtenção das reservas internacionais durante o período estudado (como visto no gráfico 3), uma vez que, naturalmente, provocava a entrada de moeda estrangeira.

Por fim, a Coreia do Sul apresentou um PIB per capita quase quatro vezes maior que o brasileiro e reservas internacionais quase 3 vezes maiores. Tais dados mostram que cada política adotada pelo governo da Coreia do Sul e suas ações foram mais representativas no desenvolvimento da economia nacional da Coreia do Sul do que as realizadas pelo governo do Brasil.

5 CONCLUSÃO

Ao fim do comparativo entre os dois países, Coreia do Sul e Brasil, pode-se compreender o período de desenvolvimento mais intenso das duas nações ao longo de sua história. As políticas adotadas pela Coreia do Sul foram mais estratégicas visando o resultado final que era o rápido desenvolvimento a curto prazo e melhores resultados para o futuro. O governo sul coreano foi muito rígido com suas empresas, interferindo nelas e cobrando resultados positivos para que tais pudessem continuar a receber os subsídios, estratégia dura que funcionou para a época. Optou também por investimentos em educação e ensino técnico, especializando a mão de obra para acompanhar o país no desenvolvimento gerando futuros cérebros na geração de tecnologias.

O Brasil seguiu por um caminho diferente focando na substituição de importações, produzindo para dentro do país e exportando pouco. O desenvolvimento das empresas de vários setores não teve tanto apoio do governo, o que levou a se desenvolverem mais devagar e a permitir empresas ineficientes na indústria nacional. A falta de incentivo na educação para desenvolver mão de obra técnica e cérebros futuros para desenvolvimento tecnológico também afetou negativamente o desenvolvimento do país.

A Coreia do Sul conseguiu índices superiores ao do Brasil sendo mais sofisticada e demonstrando uma administração mais eficiente mesmo partindo de um cenário muito menos otimista de guerras ainda no século XX. Fica visivelmente claro que o Brasil precisa se desenvolver estruturalmente para se tornar um país avançado industrialmente, ainda que tenha tido avanços notáveis ao longo da segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS

- AMSDEN, Alice H. **A Ascensão do "Resto": Os Desafios ao Ocidente de Economias com Industrialização Tardia**. 1ª. ed. São Paulo: UNESP, 2001.
- BELLINGIERI, Júlio Cesar. A Economia no Período Militar (1964-1984): Crescimento com Endividamento. **Unifafibe Revista Online**, [S. l.], p. 1-13, 15 jun. 2010. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf> Acesso em: 1 jun. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Lógica Perversa da Estagnação: Dívida, Déficit e Inflação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 187-211, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/89.alogicaperversadaestagnacao.web.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- EICHENGREEN, Barry J.; CHUNG, Duck-Koo. **The Korean Economy Beyond the Crisis**. Cheltenham-Northampton: Edward Elgar Pub, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, mar. 2001.
- GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GRAHAM, Edward M. **Reforming Korea's Industrial Conglomerates**. Washington: Institute for International Economics, 2003.
- GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul - do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. *In: Estado e economia na Coreia do Sul - do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior*. vol.30 no.1. ed. São Paulo: Rev. Econ. Polit, 15 mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000100003. Acesso em: 1 jun. 2020.
- HOBBSAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JULIÃO, Luís Guilherme. **Após choque do petróleo, juros sobem nos EUA e América Latina vive crise da dívida**. [S. l.], 14 jun. 2016. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-choque-do-petroleo-juros-sobem-nos-eua-america-latina-vive-crise-da-divida-20272880>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Edição: 6ª Livraria do Advogado, 2016.
- STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its Discontents**. London: Penguin Books, 2002.

WOODS, Ngaire. Bretton Woods Institutions. In: WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam. (Org.) **The Oxford Handbook on the United Nations**. New York: Oxford Press, 2009.

WORLD Bank: **World Bank Data**. [S. l.], 1 jun. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 1 jun. 2020.